



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de ALHANDRA-PB

Atos do Poder Executivo

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 161 DE 21 DE OUTUBRO DE 1975

LEI Nº 456/2011, de 27 de Abril de 2011.

**AUTORIZA O CHEFE DO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONCEDER PARA FINS E NA FORMA QUE
ESPECIFICA IMOVEL URBANO DE
PROPRIEDADE DO MUNICIPIO, E DA
OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Prefeito do Município de Alhandra, Estado da Paraíba, faço saber que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, em favor do Ministério Público do Estado da Paraíba, devidamente representado por meio do Procurador geral de Justiça, todos os atos necessários e indispensáveis para a CONCESSÃO, a título não oneroso, do imóvel urbano pertencente ao Município de Alhandra, situado entre as ruas Creozonice Januario Nunes, Pedro Gomes de Souza, Severina Dormelinda da Conceição e a Rua Projetada, no Bairro Lot. Centro Alhandra, bastante delimitado e identificado por meio do anexo I (Planta Baixa), que integra a presente Lei.

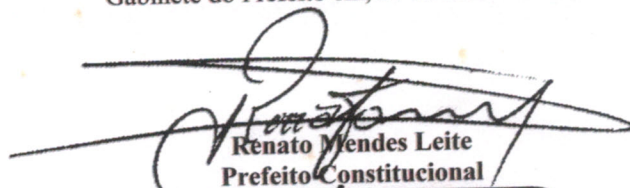
Art. 2º - A concessão tratada no artigo anterior tem como condição irrefutável para sua convalidação e a exclusiva destinação do imóvel em tese, para o fim da construção de instalações institucionais/funcionais por parte do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Parágrafo Único. Poderá o Ministério Público estadual, sob sua discricionariedade e conveniência, CONCEDER a defensoria Pública do estado da Paraíba, parte do imóvel ora concedido, para o fim exclusivo e específico, da construção de instalações institucionais/funcionais por parte da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

Art. 3º - Caso não edificado a instalação referida no caput do art. 2º, desta Lei, em um prazo Máximo de 02 (dois) anos ou modificada a destinação do imóvel, tem-se por revogada a presente concessão.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrario, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 27 de Abril de 2011


Renato Mendes Leite
Prefeito Constitucional

